

Palestina Vencerá! Palestina Vencerá! Palestina Vencerá!

Regresso sempre a Mahmoud Darwish, o poeta palestino que enchia praças e avenidas de gente que acorria para o escutar. Ninguém, como ele, cantou a alma palestina, o calor da terra, as suas cores e sabores, o seu perfume, a vibração do amor e a paixão de viver, a resistência, a dor do exílio, a esperança sempre renovada, e o absurdo, o absurdo que é a sorte imposta ao povo palestino. Num dos seus poemas mais conhecidos, ele repete uma e outra vez, uma pergunta que sempre me assalta nestes dias de terror: “senhoras e senhores de bom coração, a terra dos homens é, como vais afirmais, de todos os homens? Onde está o meu casebre”?

Ontem, dia 17 de Outubro de 2023, mais uma página horrenda foi acrescentada à longuíssima lista de crimes e massacres cometidos contra o povo palestino. Al-Ahli passará a rimar com Balad al-Sheikh, Saasaa, Saliha, Lydda, Deir Yasin, Ramla, Tantura, Shatila e Sabra, tantos e tantos lugares gravados a ferro e fogo na alma do povo palestino. Perante tanta dor, tanto sangue, a violência mais cruel e desumana, apetece perguntar, não, corrijo, apetece cerrar os punhos e gritar bem alto, onde está, digam, onde está o casebre do povo palestino, senhoras e senhores de bom coração? Digam-nos, os que enchem a boca com os “valores ocidentais”, os que se deleitam com elogios sobre “o nosso modo de vida”, os que, impantes na sua pesporrência eurocêntrica e tantas vezes mal disfarçadamente racista, ditam lições de moral ao mundo, expliquem-nos, se a terra dos homens, é de todos os homens, acaso os palestinos não são pessoas, não lhes cabe um quinhão neste lugar que alguém já chamou azul? Que mal esta gente fez, que pecado mortal cometeu para ter de suportar as penas mais duras de um sofrimento que parece não ter fim? Onde está agora a bandeira das vítimas, as cores das vítimas, não têm elas direito ao seu nome, a contar a sua história, pais, mães, irmãos e irmãs, companheiros e companheiras, amigos e amigas que os chorem? Eles são palestinos, sim, honram-se disso, jamais abdicarão dessa condição porque ela é a sua forma de se dizerem vivos e presentes, mas por que razão nunca os chamamos simplesmente “pessoas”, como somos todos nós?

Que ninguém diga que não sabia. Que ninguém se esconda atrás de frases de circunstância, palavras vazias arditosamente costuradas sobre a necessidade de Israel respeitar o direito internacional humanitário – “a guerra também tem regras”, dizem, e as “democracias” observam-nas –, todos os que desde há uma semana repetem, como autómatos, “Israel tem o direito de defender-se”, todas e todos os que alucinadamente proclamam a necessidade de um banho de sangue – “não importa quantas crianças morram, israelitas ou palestinas”, escrevem – todas e todos eles são responsáveis pelo que está a acontecer.

Todas e todos eles sabem que Israel nunca cumpriu uma única das centenas de resoluções das Nações Unidas que condenam a sua política de ocupação, colonização e limpeza étnica e que sempre rejeitou a aplicação da IV Convenção de Genebra aos territórios palestinos ocupados em 1967. O mundo sabe que, desde o início de Outubro e até ontem, só em Gaza, Israel bombardeou 5 escolas das Nações Unidas que serviam de abrigo para a população. Todas e todos eles sabem que nas ofensivas de Israel sobre Gaza, em 2009 e em 2014, escolas e hospitais foram bombardeados. Todas e todos eles, cada um e cada uma, que afirmava a exigência do cumprimento do direito internacional humanitário sabiam que, naquele mesmo minuto em que o diziam, chovia fósforo branco nas ruas de Gaza, todas e todos eles conheciam que as escolas estavam a ser bombardeadas, que as equipas de emergência médica estavam a ser assassinadas depois de terem recebido autorização de Israel para socorrer as vítimas dos bombardeamentos, que os jornalistas eram alvos dos atiradores do exército israelita, que centenas de

peças estão a ser presas todos os dias na Margem Ocidental, somadas às mais de 5 mil encarceradas nas prisões do ocupante, que Israel bombardeara Rafah, depois de ter ordenado o deslocamento da população palestina do norte para o sul da faixa de Gaza. Todas e todos os que desvalorizam as denúncias sobre o comportamento desumano e cruel do exército israelita nos territórios ocupados em 1967, as humilhações e violências a que é sujeito o povo palestino, conhecem os testemunhos dos próprios soldados do exército de Israel recolhidos pela organização Breaking the Silence que confirmam que se trata de uma conduta padronizada, cultivada e ensinada na recruta dos militares de Israel para desumanizar a população palestina. Todas e todos os que tratam Israel como “uma democracia”, incluindo o governo português, sabem que é de apartheid que se trata, sabem que no estado de Israel existem mais de 60 leis que discriminam a população em função da sua origem.

O que está a acontecer em Gaza é um genocídio, dizemo-lo com a responsabilidade da palavra que pronunciamos. Um genocídio que é imperioso travar. Cada dia, cada hora que passa, é tempo de mais, são vidas que estão a ser aniquiladas. Um genocídio que pode arrastar-nos para uma confrontação de uma escala e de uma dimensão que não conhecemos e que mal podemos imaginar. Este é o nosso tempo, esta é a nossa responsabilidade. Que o povo palestino, que em Gaza, em Hebron ou em Jerusalém, em Nablus ou Jenin, se saiba que, do outro lado do Mediterrâneo, há um povo, autor colectivo da revolução mais bonita que o mundo conheceu, que foi capaz de derrubar o fascismo e o colonialismo, e que esse povo está solidário com a sua causa, com a sua luta. Que o governo português saiba que não nos representam aqueles que dobram a espinha perante os mandantes e, sem coragem, abandonam quem é vítima de injustiça; que a Assembleia da República saiba que não aceitamos que Portugal seja cúmplice, por acção ou omissão, de um crime que a história não deixará de registar; que os órgãos de soberania nunca esqueçam que têm o dever de cumprir e de fazer cumprir a Constituição da República, onde está escrito que “Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão”. É já tempo, mais que tempo, de a bandeira da Palestina ser erguida em todos os lugares em respeito pelas vidas perdidas, mas sobretudo, como testemunho de solidariedade, de afirmação e defesa intransigente do direito do seu povo à paz, à liberdade, a uma vida digna, livre de ocupação e colonização, enfim, a uma casa, não um casebre, uma casa onde o amor aconteça, como o “jardim adormecido” que Darwish cantou.

O tempo é de urgência, todas e todos estamos convocados. Precisamos de levar o nome da Palestina a todos os lugares, não permitir que o silêncio, o cansaço ou o esquecimento se imponham. Denunciar a barbárie, enfrentar a mentira, a desinformação e o insulto. Esclarecer, informar. Falar de Gaza, sim, mas também das oliveiras queimadas destruídas, da ferocidade dos colonos, dos campos de refugiados, das crianças arrancadas, pela noite, de suas casas, dos que estão presos, dos que são levados para paradeiro desconhecido, dos que são submetidos a tortura, de tudo isso, e dos poetas, nunca esqueçam os poetas, ainda que estejamos mergulhados na dor falem da música, da dança, falem do húmus e do falafel, das laranjas de Jaffa, das beringelas de Battir, falem da vida, falem da esperança, essa doença sem cura, de que o povo palestino padece.

Que as praças deste país se encham da “gente madura”, que o nosso grito corra pelas ruas e pelos campos. Até que a voz nos doa, digam comigo:

Palestina Vencerá!

Palestina Vencerá!

Palestina Vencerá!

Intervenção de Carlos Almeida, Vice-Presidente do MPPM, na grande concentração de solidariedade com o Povo Palestino e de protesto contra a agressão a Gaza realizada na Praça Martim Moniz, em Lisboa, no dia 18 de Outubro de 2023, por iniciativa do CPPC, da CGTP-IN e do MPPM